

Helen Teodoro de Siqueira da Silva R.F.: 693.509.5/2 27/03/2017  
Elaine da Cruz Baroni R.F.: 844.382.3/1 12/09/2017

Art. 2º Os critérios e parâmetros a serem utilizados para a Avaliação Especial de Desempenho (AED) deverão estar em conformidade com o Anexo III da Instrução Normativa (DINORT).

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

## DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PIRITUBA

### DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – PIRITUBA / JARAGUA

6016.2019/0079021-5

#### PUBLICAÇÃO POR OMISSÃO

### PORTARIA Nº 369, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

6016.2019/0073795-0

A Diretora Regional de Educação da Diretoria Regional de Educação Pirituba/Jaraguá, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 8º do Decreto nº 57.817/2017, alterado pelo Decreto nº 58.986/19 e Portaria nº 263/2019, que instituiu a Comissão Especial de Estágio Probatório – CEEP na EMEF MARIO KOSEL FILHO

#### RESOLVE:

Art. 1º INCLUIR o servidor Eldo Vilela de Castro, RF 509.164.1/4, ingressante desde 07/11/2017 na relação de AN-DRÉA REGINA PRIANTI, RF 677.032.1/1, de maneira retroativa, desde o ano de 2019.

Art. 2º Esta Portaria mantem inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 370/2019, DOC de 19/12/2019 e Portaria nº 189/2020, DOC de 06/08/2020.

## DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO LIMPO

### OMISSÃO DA PUBLICAÇÃO DO DOC DE 01/03/2020

6016.2018/0009862-0

#### PORTARIA Nº 018

A Diretora Regional de Educação Campo Limpo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581, de 17/04/18, com fundamento na Resolução CME nº 01/18 e do que consta no SEI nº 6016.2018/0009862-0, expede a presente Portaria:

Art. 1º. A PONTES ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, localizada na Avenida Diogo Correia de Sande, nº 425, Bairro Jardim Lídia, São Paulo, mantida por Pontes Escola de Educação Infantil EIRELI - ME, CNPJ: 23.206.984/0001-67, autorizada, em caráter provisório, pela Portaria 027/16, DOC 23/02/16, alterada pela Portaria 031/18, DOC 01/03/18, mantém sua autorização na conformidade do inciso II do §2º do art. 27 da Resolução CME nº 01/18, permanecendo com atendimento da faixa etária de 04 (quatro) meses a 5 (cinco) anos de idade.

Art. 2º. Esta Diretoria Regional de Educação continuará responsável pela supervisão e qualquer demanda relativa à autorização de funcionamento da instituição.

Art. 3º. Os responsáveis pela instituição ficam obrigados a manter ajustado anualmente seu Projeto Pedagógico às normas que forem baixadas pelo Conselho Municipal de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da legislação vigente.

Art. 4º. O não cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria, pelo mantenedor, importará nos procedimentos previstos no art. 36 da Resolução CME nº 01/18.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

## DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL

### BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS/RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO DOC DE 04/03/2021 PÁGINA 14

#### LEIA-SE COMO SEGUE E NÃO COMO CONSTOU.

6016.2021/0019866-2– DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL - À vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações do memorando 124/2021, com base na competência que me foi delegada pela Portaria 4.772/2015 e ainda, nos termos dos Decretos 53.484/2012, 56214/2015 e Portaria SF 262/2015. RETIFICO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no processo administrativo supracitado, por enquadramento devido ao seu valor inferior.

6016.2021/0020561-8

#### PORTARIA Nº 75, DE 04 DE MARÇO DE 2021

O Diretor Regional de Educação São Miguel, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581/18, com fundamento na Resolução CME nº 01/18, na Instrução Normativa SME nº 9/19 e do que consta no P.A. nº 2019-0.013.988-6 expede a presente Portaria:

Art. 1º A autorização de funcionamento concedida por meio da Portaria nº 107/19, de 12/09/2019, a E.E.I. ALGODÃO DOCE & CIA, localizado na Rua Aricanga, nº 880, Itaim Paulista, São Paulo, deixa de ter caráter provisório à vista da apresentação do documento expedido pela Municipalidade.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

## DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE GUAIANASES

6016.2021/0020554-5

#### PORTARIA 01/2021 DE 03/03/2021

O Sr. Diretor de Escola do CEU EMEF INÁCIO MONTEIRO no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de prosseguir os trabalhos da Comissão de Apuração Preliminar instituída pela Portaria nº 01/2019 de 27/06/2019, publicada em DOC de 02/07/2019 pg. 15, nos autos do processo 2019-0.033.425-5,

#### RESOLVE:

I- Excluir da citada Portaria o seguinte servidor:  
Fábio de Oliveira Santos RF 785.760.8/4  
II- Incluir em substituição ao mesmo:  
Evandro Bertelle Borges RF 849.9816.1/1  
III- Manter inalteradas as demais disposições constantes da Portaria nº 01 de 27/ 06/2019  
IV- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

## DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO BUTANTÃ

6016.2019/0070928-0

### 6016.2019/0071016-5 PORTARIA Nº 20 (CEEP) DE 03 DE MARÇO DE 2021

A Diretora Regional de Educação do Butantã no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de prosse-

guir os trabalhos da Comissão Especial de Estágio Probatório – CEEP, constituída pela Portaria nº 110/2019, publicadas no DOC de 26/10/2019, páginas 59, 60 referente a EMEF Pedro Nava.

#### RESOLVE:

Art. 1º Excluir da Comissão a servidora:  
Sandra Maria De Toledo Correia RF 691.295.8/1  
Ana Carolina Dos Santos Martins Leite RF 722.312.9/3  
Alessandra Perossi Brito RF 720.506.6/2

Art. 2º Incluir na Comissão a servidora:  
Juliano Godói RF 778.157.1/2.  
Marco Aurélio Soares Benetti RF 674.999.2/5

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, mantendo inalteradas as demais disposições constantes nas Portarias nº 110/2019.

### 6016.2019/0070964-7 PORTARIA Nº 25 (CEEP) DE 04 DE MARÇO DE 2021

A Diretora Regional de Educação do Butantã no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de prosseguir os trabalhos da Comissão Especial de Estágio Probatório – CEEP, constituída pela Portaria nº 99/2019, publicada no DOC de 26/10/2019, página 59, e alterações referente a EMEF Marechal Deodoro da Fonseca

#### RESOLVE:

Art. 1º Excluir da Comissão os servidores  
Tais Maimoni Gonçalves RF 792.911.1/1  
José Eduardo de Freitas RF 678.196.9/2

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº99/2019 publicada no DOC de 26/10/2019, página 59, e alterações

### 6016.2019/0070964-7 PORTARIA Nº 26 (CEEP) DE 04 DE MARÇO DE 2021

A Diretora Regional de Educação do Butantã no uso de suas Comissão Especial de Estágio Probatório – CEEP, constituída pela Portaria nº99/2019, publicada no DOC de 26/10/2019, página 59 e alterações referente a EMEF Marechal Deodoro de Fonseca.

#### RESOLVE:

Art. 1º Tornar pública a relação dos servidores em estágio probatório e seus respectivos membros relatores, conforme segue:

Nome do Membro Relator	RF/Nº	
Juliana Santos Albach	793.991.4/1	
Nome do Servidor Ingressante	RF/Nº	Data de Ingresso
Laura Santana Lima	816.539.4/2	22/01/2018
Nome do Membro Relator	RF/Nº	
Helena Silva de Sousa	773.209.1/1	
Nome do Servidor Ingressante	RF/Nº	Data de Ingresso
Algacir Leite de Almeida Junior	843.927.3/2	17/12/2018

Art. 2º Os critérios e parâmetros a serem utilizados para a Avaliação Especial de Desempenho (AED) deverão estar em conformidade com o Anexo III da Instrução Normativa (DINORT).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 182/2019, publicada no DOC de 14/11/2019, página 48 e alterações.

## ESPORTES E LAZER

### GABINETE DO SECRETÁRIO

#### ASSESSORIA JURIDICA

6019.2021/0000533-0

#### I.DESPACHO

I- À vista dos elementos contidos no Memorando SEME/ DGEE 015 SEI! (040143200), bem como nos termos do Decreto nº 54.873/2014, em especial o dispositivo no artigo 6º, parágrafo 1º e artigo 7º, AUTORIZO as indicações para alteração e designação de fiscalização compartilhada, os servidores abaixo relacionados, desde já, com a devida definição de competências:

CEE THOMAZ MAZZONI - VILA MARIA

Fiscal 1 substituto de contrato, Célia Regina Raymundo de Souza RF 629.886-9 nos seguintes contratos:

PODA

CONTRATO 060/SEME/2018, FBF Construções e Serviços Eireli

obs: O fiscal 1 titular, Coordenor do C.E está de afastamento médico (Pedro de Alcantara Coutor Junior / RF 881092-3)

Competências Fiscal 1 Substituto: Acompanhamento direto da execução dos serviços, recepção, gestão e encaminhamento da documentação para liquidação e pagamento: folhas de frequência dos funcionários da empresa e ateste dos serviços prestados, indicação de eventuais penalidades.

## ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

### GABINETE DA SECRETÁRIA

#### DESPACHO DA SECRETARIA

6024.2021/0000314-8

À vista dos elementos contidos no presente, em especial a manifestação da Coordenadoria Jurídica (040394812) desta Pasta, que acolho, AUTORIZO a prorrogação do prazo até 20/04/2021, para que a Comissão de Apuração Preliminar constituída pela Portaria nº 07/SMADS/2021 apresente o relatório conclusivo da apuração aqui tratada.

#### PORTARIA Nº 011/SMADS/2021

Regulamenta o Decreto Municipal nº 60.107, de 03 de março de 2021 no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, prorroga prazos previstos nas Portarias nº 49 e 50/SMADS/2020 e dispõe sobre a utilização dos recursos da parceria destinados à alimentação referente ao repasse do mês de março de 2021.

BERENICE MARIA GIANNELLA, Secretária Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 60.107, de 03 de março de 2021, que dispõe sobre a adoção das medidas mais restritivas da Fase Vermelha do Plano São Paulo no âmbito do Município de São Paulo;

CONSIDERANDO a Portaria nº 39/SMADS/2020, que aprova o Plano de Contingência da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para o funcionamento da rede socioassistencial, direta e indireta, do município de São Paulo durante a pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO as Portarias nº 49 e 50/SMADS/2020, que autorizam repasse de recursos financeiros adicionais para o atendimento de despesas relativas à execução dos serviços que especificam;

#### RESOLVE

Art. 1º Aplicar aos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, durante a vigência do Decreto Municipal nº 60.107/2021, o previsto no Anexo I da Portaria nº 39/SMADS/2020 para a fase de "Suspensão Parcial das Atividades".

§ 1º Os CRAS deverão priorizar o teleatendimento ao cidadão, realizado mediante prévio agendamento eletrônico por meio do Portal e da Central 156, para atividades de atendimento social e inclusão e atualização do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e Programas de Transferência de Renda.

§ 2º O atendimento presencial com agendamento prévio será realizado para inscrição e atualização no CadÚnico e

para atendimento social, podendo incluir oferta de benefícios eventuais, nos casos encaminhados por teleatendimento que identifique necessidade decorrente de violação de direitos ou agravamento de vulnerabilidade social.

§ 3º A supervisão técnica dos serviços deve priorizar formas de acompanhamento não presenciais, devendo o gestor de parceria realizar visita técnica apenas quando avaliar ser indispensável, seguindo para tanto as orientações das autoridades de saúde e sanitárias e da Nota Técnica nº 01/SMADS/2020.

§ 4º Ficam suspensos os cadastros domiciliares para fins de CadÚnico e ações cadastrais volantes; as visitas solicitadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS para fins de manutenção de entidades ou organizações de Assistência Social e de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; e as visitas relativas à reavaliação do mérito social e à renovação da matrícula e credenciamento.

§ 5º Os servidores em situação de teletrabalho por força do art. 6º, III, ou do art. 7º do Decreto nº 59.283/2020 devem realizar prioritariamente as atividades de teleatendimento.

Art. 2º Aplicar aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS e Centros POP, durante a vigência do Decreto Municipal nº 60.107/2021, o previsto no Anexo I da Portaria nº 39/SMADS/2020 para a fase de "Suspensão Parcial das Atividades", mantendo-se o atendimento à demanda espontânea nos casos de risco social e violação de direitos que exijam encaminhamentos imediatos.

Parágrafo único: Aplicam-se aos CREAS e Centros POP, no que couber, o disposto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 1º desta Portaria.

Art. 3º Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos das modalidades Centros para Criança e Adolescente - CCA, Centro para Juventude - CJ, Centros de Desenvolvimento Social e Produtivo - CEDESP, Centro de Convivência Intergacional - CCInter e Circo Social não terão frequência obrigatória e atenderão conforme demanda de usuários e famílias, nos termos da Portaria nº 05/SMADS/2021.

§ 1º Os serviços mencionados no caput poderão utilizar parte dos recursos da parceria do mês de março destinados à alimentação para compra de cestas básicas e itens de higiene a serem entregues aos usuários, além de equipamentos de proteção individual e demais insumos necessários à prevenção do contágio pelo COVID-19, desde que não afete a oferta de alimentação aos usuários atendidos presencialmente pelo serviço.

§ 2º Os produtos alimentícios e os itens de higiene deverão ser distribuídos pelos serviços aos usuários diretamente nos domicílios ou por retirada na unidade, organizando a distribuição de forma a evitar aglomerações.

§ 3º Os CEDESP poderão realizar remanejamentos em suas grades de horários e cronograma, entre as atividades presenciais e as remotas.

Art. 4º Os Serviços de Assistência Social às Famílias - SASF, Núcleos de Convivência para Idosos - NCI e Centro de Referência da Cidadania do Idoso - CRECI seguem na fase de "Suspensão Parcial das Atividades" do Anexo I da Portaria nº 39/SMADS/2020.

Parágrafo único: Os serviços mencionados no caput poderão utilizar os recursos das parcerias destinados à aquisição de alimentos referentes ao repasse de março de 2021 para compra de cestas básicas e itens de higiene, a serem distribuídos aos usuários na visita domiciliar, e de equipamentos de proteção individual e demais insumos necessários à prevenção do contágio pelo COVID-19 destinados aos trabalhadores do serviço.

Art. 5º O Serviço de Alimentação Domiciliar para Pessoa Idosa mantém seu funcionamento regular, devendo seguir as orientações da Portaria nº 39/SMADS/2020 e das Notas Técnicas nº 01 e 02/SMADS/2020.

Art. 6º As atividades presenciais do serviço Restaurante Escola ficam suspensas.

Art. 7º Os serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade mantêm seu funcionamento de acordo com a fase de "Retomada de Atividades" prevista na Portaria nº 39/SMADS/2020, salvo no que se refere à execução das atividades coletivas presenciais, que ficam suspensas.

Parágrafo único: O funcionamento dos Serviços de Medidas Socioeducativas está sujeito a alterações determinadas em providimentos judiciais.

Art. 8º Os serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade devem atender os usuários seguindo o Anexo I da Portaria nº 39/SMADS/2020, suspendendo-se a aplicação das orientações referentes à "Retomada de Atividades Coletivas".

Art. 9º Os estagiários e agentes SUAS ficam afastados de suas atividades em todas as unidades da SMADS.

Art. 10. O funcionamento dos serviços e equipamentos socioassistenciais nos termos da presente Portaria deverá seguir rigorosamente as orientações sobre distanciamento social, higienização pessoal e sanitização de ambientes do Anexo I da Portaria nº 39/SMADS/2020.

Art. 11. Ficam prorrogados em 30 (trinta) dias os prazos para utilização dos recursos previstos no artigo 1º, § 3º, da Portaria nº 49/SMADS/2020 e no artigo 1º, § 3º, da Portaria nº 50/SMADS/2020.

Parágrafo único: Em consequência ao disposto no caput, prorrogam-se também os prazos para prestação de contas inscritos no artigo 7º das Portarias nº 49 e 50/SMADS/2020.

Art. 12. Esta Portaria vigorará a partir da data de sua publicação e enquanto perdurar a vigência do Decreto Municipal nº 60.107/2021.

## FAZENDA

### GABINETE DO SECRETÁRIO

### ORDEM INTERNA SF Nº 07/2021, DE 04 DE MARÇO DE 2021.

#### O CHEFE DE GABINETE SUBSTITUTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, DETERMINA:

1. Convocar os servidores públicos municipais abaixo relacionados, para mudança de layout no Edifício Othon, sede da Secretaria Municipal da Fazenda:

- dia 06/03/2021, das 8h às 17h.
- MARCIO DOS SANTOS SALGADO, RF 772.993.6;
  - RENATA MARTINS GODOY, RF 740.485.9;
  - REGINA HELENA SUZANO, RF 826.747.2;
  - GUILHERME ROKS, RF 882.224.7;
  - DIEGO GOMES CORREA, RF 844.076.0;
  - MAURO CESAR BALDUINO SILVA PRETTO, RF 740.521.0;
  - ROBSON RODRIGUES DOS SANTOS, RF 854.088.8.
- Dia 07/03/2021, das 8h às 17h.
- MARCIO DOS SANTOS SALGADO, RF 772.993.6;
  - RENATA MARTINS GODOY, RF 740.485.9;
  - REGINA HELENA SUZANO, RF 826.747.2;
  - GUILHERME ROKS, RF 882.224.7;
  - DIEGO GOMES CORREA, RF 844.076.0;
  - MAURO CESAR BALDUINO SILVA PRETTO, RF 740.521.0;
  - ROBSON RODRIGUES DOS SANTOS, RF 854.088.8.

2. Aos servidores convocados no item 1, desde que efetivamente trabalhem, será concedido 2 (dois) dias de descanso como compensação, os quais deverão ser usufruídos em comum acordo com a chefia imediata até o dia 31 de dezembro de 2022.

2.1. Para concessão do descanso previsto no item 2, será publicada listagem dos servidores que efetivamente prestarem o serviço na data determinada.

3. Excepcionalmente para esta ação, será disponibilizado serviço de táxi para ida ao Edifício Othon e retorno à residência, inclusive para fora do município.

4. Esta Ordem Interna entrará em vigor na data de sua publicação.

Wilson Tadahiro Sakata

Chefe de Gabinete Substituto

Secretaria Municipal da Fazenda

## CONSELHO MUNICIPAL DE TRIBUTOS

### DESPACHOS DA PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRIBUTOS

Referência: Processo Administrativo SEI nº 6017.2020/0048571-1

CNPJ nº: 45.543.915/0230-41

SQL nº: 035.006.0104-9

Recorrente: CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA

Advogados: Dr. Luiz Gustavo A. S. Bichara (OAB/RJ nº 112.310)

Recorrida: Decisão proferida pela 1ª CJ no Recurso Ordinário nº 6017.2020/0033969-3

Assunto: Admissibilidade de Recurso de Revisão

Créditos recorridos: IPTU – SQL 035.006.0104-9 – NL 02/2016, 02/2017, 02/2018 e 02/2019.

#### DESPAÇO:

1. O presente Recurso de Revisão foi interposto por parte legítima, nos termos do artigo 49, §5º, da Lei Municipal nº 14.107, de 12 de dezembro de 2005, observado o prazo previsto no artigo 43 do mesmo diploma legal, com a redação dada pela Lei Municipal nº 15.690, de 15 de abril de 2013.

2. Portanto, verifico estarem presentes os pressupostos gerais de admissibilidade, em especial os da legitimidade e da tempestividade. No que concerne aos requisitos específicos, ditados pela legislação que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, passo às seguintes considerações.

3. Dispõe o artigo 49 da Lei nº 14.107, de 2005, que cabe Recurso de Revisão da decisão proferida pela Câmara Julgadora que der à legislação tributária interpretação divergente da que lhe haja dado outra Câmara Julgadora ou as Câmaras Reunidas, sendo requisitos de sua admissibilidade a indicação da decisão paradigmática e a demonstração precisa da divergência.

4. Sustenta a Recorrente que a decisão proferida pela 1ª Câmara Julgadora no Recurso Ordinário nº 6017.2020/0033969-3 (doc. nº 035079944) diverge das interpretações dadas à legislação tributária nas decisões proferidas pela 1ª Câmara Julgadora no Recurso Ordinário nº 2013-0.183.547-8 (doc. nº 035079951) e pela 4ª Câmara Julgadora no Recurso Ordinário nº 2006-0.320.059-8 (doc. nº 035079953), ora apresentadas como paradigmáticas.

5. Verifico, inicialmente, que a decisão do Recurso Ordinário nº 2013-0.183.547-8 (paradigma 1) não se insere na hipótese que autoriza a interposição do recurso pretendido, visto que proferida pela 1ª Câmara Julgadora, a mesma Câmara que prolatou a decisão recorrida, em desatendimento, portanto, à determinação contida no caput do Art. 49 da Lei Municipal nº 14.107, de 2003, que assim prescreve: Cabe recurso de revisão da decisão proferida pela Câmara Julgadora que der à legislação tributária interpretação divergente da que lhe haja dado outra Câmara Julgadora ou as Câmaras Reunidas. Portanto, descarto a sua indicação como decisão paradigmática e afasto, por consequência, o exame de eventual divergência que nela possa estar caracterizada.

6. Ponto de divergência – Impossibilidade da Fazenda Pública efetuar lançamentos retroativos do IPTU – Desrespeito ao disposto no art. 149, VIII, do CTN. Alega a Recorrente que o acórdão recorrido prolatado pela 1ª Câmara Julgadora teria entendido que seria possível a revisão do lançamento em quaisquer casos, bastando que o fisco, a qualquer tempo, constate que os lançamentos originais não estavam em conformidade com os dados cadastrais, tendo em vista que a atualização destes seria de responsabilidade do contribuinte. Por outro lado, na decisão proferida pela 4ª Câmara Julgadora no Recurso Ordinário nº 2006-0.320.059-8 (paradigma 2), este Conselho Municipal de Tributos teria formalizado o entendimento de que, se houve o preenchimento do requisitos listados no art. 149 do CTN, não haveria que se falar em regularidade do lançamento complementar da exação municipal.

7. Entretanto, ao contrário do alegado pela Recorrente, não há similitude fático-jurídica entre a decisão recorrida e a indicada como paradigmática, de modo que não podem ser comparadas para o fim de interposição do presente recurso.

8. Com efeito, consoante assentado no voto condutor que fundamenta a decisão recorrida, não houve, no caso concreto, desrespeito aos requisitos do art. 149, do CTN, nem mudança de critério jurídico por parte da Administração Tributária quando da emissão dos lançamentos complementares de IPTU dos exercícios de 2016 a 2019, isto porque, a legislação tributária municipal seria clara ao determinar que as respectivas atualizações serão promovidas pelo sujeito passivo em caso de modificação dos dados relativos à área construída, dispondo, ainda, que a entrega do formulário de inscrição ou atualização não faria presumir a aceitação, pela Administração, dos dados nele declarados. Decidiu-se, também, que não haveria que se confundir o Certificado de Conclusão da Obra, entregue em 2016, com a devida atualização, por parte do contribuinte, dos dados cadastrais em formulário próprio, conforme determinação legal. Desse modo, entendeu-se que tanto o aumento da área tributável, quanto a alteração do padrão de construção - valor do metro quadrado aplicado - se deram em face de fiscalização e vistoria in loco, verificando-se a situação existente de fato. Sendo assim, tais lançamentos não teriam ocorrido em decorrência de interpretação normativa para sua verificação, mas claramente por puro desconhecimento de sua existência. Não seria, portanto, aquele fato, já de conhecimento do Fisco, em sua inteireza, no momento do lançamento. Tratar-se-ia meramente de constatação dos fatos relativos ao imóvel, os quais possibilitariam a revisão do lançamento. Assim, não haveria que se falar em erro de direito e respectiva aplicação do art. 146, do CTN, posto se tratar, claramente, de causa permissiva de revisão de lançamento anterior com base no art. 149, VIII, do CTN. O julgado restou assim ementado: EMENTA - IPTU. LANÇAMENTO COMPLEMENTAR. COMPROVADA A EXISTÊNCIA FÁTICA DE ACRÉSCIMO SUBSTANCIAL DA ÁREA EDIFICADA – CORRETA UTILIZAÇÃO DO ANO CORRIGIDO DE CONSTRUÇÃO (ACC) PARA FINS DA APLICAÇÃO DO FATOR DE OBSOLESCÊNCIA, NOS TERMOS DO ART. 16, §1º, II, DA LEI 10.235/86 – ÁREA PAVIMENTADA DE TERRAÇO UTILIZADA COMO ESTACIONAMENTO DESCOBERTO. TRIBUTAÇÃO CORRETA. A ÁREA DO ESTACIONAMENTO DESCOBERTO DEVE SER COMPUTADA NO CÁLCULO DA ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL, NOS TERMOS DO ART. 12, II DA LEI 10.235/86, ALTERADA PELA LEI 14.256/06 – REENQUADRAMENTO DO PADRÃO DE CONSTRUÇÃO. CORRETA A UTILIZAÇÃO DE VALOR UNITÁRIO DE METRO QUADRADO EM FUNÇÃO DA ÁREA PREDOMINANTE, NOS TERMOS DO ART. 15, DA LEI Nº 10.235/86 – ALTERAÇÃO DE CRITÉRIOS JURÍDICOS. IMPROCEDÊNCIA. REVISÃO DO LANÇAMENTO COM BASE NO ART. 149, VIII, DO CTN. CONSTATAÇÃO DOS FATOS